



Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO IBAMA

OFÍCIO Nº 1085/2023/GABIN

Brasília/DF, na data da assinatura digital.

À Senhora Ministra

ROSA WEBER

Presidente

Conselho Nacional de Justiça

SAF SUL, Quadra 2, Lotes 5/6, Blocos E e F

Brasília/DF - CEP 70070-600

Assunto: Termo de Cooperação Técnica nº 03/2023 – Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 02001.013376/2023-02

Senhora Presidente,

1. Cumprimentando-a cordialmente, faço referência ao Ofício-Circular nº 341/GP/2023 (15886401), que trata da análise de minuta de Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica n. 03/2023, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional do Ministério Público, que tem por objeto desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI), os quais serão implementados mediante o programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.
2. Sobre o assunto, encaminho o Termo de Adesão (16208680), por meio do qual eu, **RODRIGO AGOSTINHO**, na qualidade de Presidente do Ibama, resolvo aderir ao referido Termo de Cooperação Técnica.
3. Desde já, informo que esta Autarquia está à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

RODRIGO AGOSTINHO

Presidente do Ibama

Anexos:

- Ofício-Circular nº 341/GP/2023 (15886401);

- Termo de Adesão (16208680).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA, Presidente**, em 03/07/2023, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **16146772** e o código CRC **45564CAD**.

Referência: Processo nº 02001.013376/2023-02

SEI nº 16146772

SCEN Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA - Bloco B - Sub-Solo - Telefone: (61) 3316-1212

CEP 70818-900 Brasília/DF - www.ibama.gov.br

ANEXO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 03/2023

TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 03/2023, REFERENTE AOS SERVIÇOS DA JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL.

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, conforme art. 2º da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, inscrita no CNPJ sob o nº 03.659.166/0001-02, sediada no SCEN, Trecho 2, Edifício Ibama (sede), Caixa Postal nº 09566, CEP 70.818-900, Brasília/DF, neste ato representado por seu Presidente, **RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA**, brasileiro, inscrito no RG pelo nº **.39.031-2, CPF ***422838/58, com endereço profissional informado acima, nomeado pela Portaria nº 1.779/Casa Civil, publicada no Diário Oficial da União de 24 de fevereiro de 2023, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Termo de Cooperação Técnica celebrado pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional do Ministério Público, para os fins especificados no ato referente aos serviços da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, comprometendo-se a apoiar técnica e operacionalmente o programa mediante adoção de medidas necessárias à concretização do pleno acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

O RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA, Presidente do Ibama, declara firme vontade de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI) e/ou atividades conexas relacionadas à atividade-fim da entidade, os quais serão implementados mediante o programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, em observância aos arts. 5º, inciso XXXV, 107, §2º, 115, §1º, e 125, §7º, da Constituição Federal; art. 95, parágrafo único, da Lei n. 9.099/95; art. 22, parágrafo único, da Lei n. 10.259/2001; Resolução CNJ n. 460/2022; bem como aos arts. de 67 a 69 do Código de Processo Civil e à Resolução CNJ n. 350/2020, que estimulam a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário, obedecendo-se aos seguintes parâmetros, fixados a partir de diretrizes estabelecidas pelos Conselhos signatários do Termo de Cooperação Técnica:

I – Institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal;

II – Capacitação profissional acerca das especificidades regionais da Amazônia Legal;

III – Produção e/ou veiculação de campanhas de divulgação do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de materiais e demais peças de comunicação institucional referentes a lições de cidadania;

IV – Designar profissionais e disponibilizar recursos materiais para a execução dos serviços, relacionados à atividade-fim da entidade aderente, no curso da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e

V – Geração e controle de dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas.

1. ATUAÇÃO COORDENADA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis desenvolverá ações, coordenadas e supervisionadas pelo Conselho Nacional de Justiça, visando à efetividade e qualidade da concretização do direito fundamental de acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

2. GESTOR(A) LOCAL: indica para gestor(a) local do presente instrumento o(a) Sr(a). **Halisson Peixoto Barreto**, ocupante do cargo Coordenador-Geral do Centro Nacional do Processo Sancionador Ambiental, endereço eletrônico: **halisson.barreto@ibama.gov.br**, telefone **(61) 3316-1721**, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho correlato ao Termo de Cooperação Técnica ao qual se adere.

3. VIGÊNCIA: o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final igual ao do Termo de Cooperação Técnica supramencionado.

4. RESPONSABILIDADES

4.1 São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:

I – Exercer a coordenação-geral, supervisionando as ações do programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

II – Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e outras instituições voltadas à docência, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

III – Promover a articulação, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

IV – Planejar, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, do que devem participar as entidades aderentes;

V – Produzir em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional do projeto em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as inerentes às lições básicas de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração os(as) destinatários(as);

VI – Gerar relatórios estatísticos da atuação dos órgãos do Judiciário envolvidos nos eventos, bem como compilar os relatórios setoriais dos demais envolvidos.

4.2 São responsabilidades gerais do CJF, do CSJT e do CNMP

I – Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e centro de estudos, de acordo com sua esfera de atuação, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

II – Planejar, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

III – Promover articulação, em conjunto com o CNJ, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

IV – Produzir, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as lições de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração as especificidades dos(as) destinatários(as) do material;

V – Diligenciar, nos Tribunais e órgãos do Ministério Público vinculados ao respectivo Conselho, a disponibilização de profissionais e meios materiais para a efetivação das ações inerentes ao JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

VI – Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

4.3 São responsabilidades gerais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis:

I – Viabilizar, pela conjunção de esforços, a institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, programa sob coordenação-geral e supervisão do CNJ e do qual são partícipes CJF, CSJT e CNMP;

II – Viabilizar, no caso de entidade aderente integrante do Poder Judiciário e Ministério Público, a participação dos(as) profissionais que compõem seu corpo funcional em seminários e cursos de capacitação;

III – Produzir e/ou divulgar de forma ampla as peças de comunicação institucional do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de material referente a lições de cidadania, guardando-se sempre obediência às diretrizes fixadas pelos Conselhos signatários do Termos de Cooperação Técnica;

IV – Fomentar as ações objeto deste Termo de Adesão;

V – Designar profissionais e recursos materiais para a execução dos serviços envolvidos no JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e

VI – Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

5. PUBLICAÇÃO: O presente instrumento será divulgado, pelo **CNJ**, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e será mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, em observância ao disposto nos arts. 91 e 94 da Lei n. 14.133/21.

Local, 29/06/2023.



Documento assinado digitalmente

RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MEND

Data: 14/07/2023 18:01:54-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
Renováveis

Data de Envio:

17/07/2023 08:32:29

De:

IBAMA/Email do Gabinete da Presidência do Ibama <presid.sede@ibama.gov.br>

Para:

expedicao.cnj@cnj.jus.br

Assunto:

Termo de Cooperação Técnica nº 03/2023 Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.

Mensagem:

Prezada,

De ordem, encaminho em anexo OFÍCIO Nº 1085/2023/GABIN. Processo nº 02001.013376/2023-02.

Anexos: I - Ofício-Circular nº 341/GP/2023 (15886401);

II - Termo de Adesão Assinado (16358466).

Atenciosamente,

Gabinete da Presidência do Ibama.

Anexos:

Oficio_16146772.html

Oficio_Circular_15886401_Oficio_Circular_n_341_GP_2023.html

Termo_16358466_ANEXO_AO_TERMOS_DE_COOPERACAO_TECNICA_N._03.2023___TERMO_DE_ADESAO_assinado.pdf